



Integração Entre Educação Financeira E Teoria Da Perspectiva: Uma Análise Das Lacunas Da Literatura

Bianca Da Silva Gonçalves

Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul

Marcielle Anzilago

Universidade Federal De Mato Grosso Do Sul

RESUMO:

O objetivo deste estudo foi analisar as perspectivas e direções futuras da produção científica que articula educação financeira e Teoria da Perspectiva no período de 2010 a 2025. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, baseada nas técnicas de investigação bibliométrica e análise de conteúdo, realizada em 33 artigos identificados nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, seguindo critérios sistemáticos de inclusão e exclusão definidos em protocolo estruturado de seleção. Os resultados indicam crescimento do interesse pelo tema, sobretudo após 2014, com predominância de delineamentos quantitativos e transversais e concentração dos estudos na mensuração do conhecimento financeiro. Entre os vieses mais recorrentes destacam-se a aversão à perda, o excesso de confiança, o efeito de enquadramento e a impulsividade. Observou-se ainda que parte dos instrumentos de mensuração não apresenta validação psicométrica robusta, especialmente no contexto nacional, além de integração ainda limitada entre educação financeira e os pressupostos comportamentais da Teoria da Perspectiva. Conclui-se que as intervenções educacionais tendem a ampliar o conhecimento financeiro, porém apresentam menor efeito na modulação estrutural dos vieses decisórios, evidenciando a necessidade de maior rigor metodológico e aprofundamento teórico na interface entre educação financeira e finanças comportamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Financeira, Teoria da Perspectiva, Finanças Comportamentais.

Realização:

1. Introdução

O cenário econômico contemporâneo é marcado por crescente complexidade dos mercados financeiros, com maior diversificação de produtos e intensificação da digitalização das transações (Paiva, 2016). Embora esse contexto amplie as oportunidades de participação financeira, também impõe desafios relevantes à tomada de decisão, especialmente em ambientes de baixo letramento financeiro (OECD, 2020). Nesse sentido, a educação financeira emerge como instrumento fundamental para o desenvolvimento de competências cognitivas e comportamentais que sustentem escolhas mais conscientes (Huston, 2010; Lusardi & Mitchell, 2014).

A educação financeira contribui para o fortalecimento da autonomia dos indivíduos, ampliando sua capacidade de compreender e gerir decisões ao longo do tempo (Potrich, Vieira & Kirch, 2015). No entanto, mais do que a transmissão de conceitos, envolve a aplicação prática do conhecimento em situações reais, considerando aspectos racionais e emocionais (Huston, 2010; Lusardi & Mitchell, 2014). Ainda assim, evidências indicam que muitas iniciativas permanecem centradas no conteúdo informativo, sem promover mudanças comportamentais consistentes (Silva & Lucena, 2022), o que reforça lacunas já identificadas na literatura (Chen & Volpe, 1998; Molina-García et al., 2023).

Dados recentes evidenciam a magnitude desse problema, uma vez que mais de 50% dos adultos apresentam níveis insuficientes de educação financeira (OECD, 2020), refletindo-se em decisões inadequadas sobre poupança, endividamento e aposentadoria. No Brasil, esse cenário é agravado pelo elevado número de inadimplentes, que ultrapassa 70 milhões de pessoas (Serasa, 2024), indicando relação direta entre baixo letramento financeiro e dificuldades na gestão de recursos.

Nesse contexto, a Teoria da Perspectiva oferece importante base teórica para compreender as limitações cognitivas que afetam as decisões financeiras (Kahneman & Tversky, 1979). Ao evidenciar a influência de heurísticas e vieses, a teoria demonstra que o conhecimento técnico não é suficiente para eliminar distorções decisórias (Kahneman, 2011; Yoshinaga & Ramalho, 2014). Assim, a integração entre educação financeira e abordagens comportamentais mostra-se essencial para promover decisões mais equilibradas e efetivas (Lusardi & Mitchell, 2014; Silva & Lucena, 2022).

O Relatório ENEF (2023) indica que apenas 7% dos programas de educação financeira no país abordam aspectos como autorregulação emocional, percepção de risco e vieses cognitivos, elementos essenciais para a tomada de decisão sob a ótica da Teoria da Perspectiva. De forma complementar, o Global Financial Literacy Survey (GFLS, 2022) aponta que 65% dos indivíduos, embora afirmem compreender conceitos financeiros básicos, tomam decisões inconsistentes em situações de risco, evidenciando um descompasso entre conhecimento e comportamento. Apesar do avanço da literatura, observa-se que grande parte dos estudos ainda se concentra na mensuração do conhecimento financeiro, com menor atenção à influência dos vieses cognitivos no processo decisório. Nesse sentido, busca-se responder à seguinte questão de pesquisa: como a literatura científica tem integrado a educação financeira e os vieses comportamentais à luz da Teoria da Perspectiva?

Assim, tem-se como objetivo analisar como a literatura científica tem integrado a educação financeira e os vieses cognitivos descritos pela Teoria da Perspectiva, identificando lacunas teóricas e direções para pesquisas futuras.

A relevância científica do estudo reside na integração sistemática entre vieses comportamentais e a educação financeira, campos que, embora complementares, ainda são frequentemente investigados de forma dissociada na literatura nacional e internacional. Observa-se que as Revisões da literatura indicam que grande parte dos estudos em educação financeira permanece centrada na mensuração do conhecimento financeiro, com menor atenção aos fatores comportamentais e aos vieses cognitivos que influenciam a tomada de decisão financeira (Fernandes, Lynch & Netemeyer, 2014; Lusardi & Mitchell, 2014; Silva & Lucena, 2022). Essa característica evidencia uma lacuna na integração entre educação financeira e os mecanismos psicológicos descritos pela Teoria da Perspectiva, os quais podem influenciar significativamente o comportamento econômico dos indivíduos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa amplia a compreensão sobre os limites da racionalidade financeira, reforçando que o conhecimento técnico, isoladamente, não neutraliza vieses comportamentais persistentes. Ao sistematizar evidências empíricas nacionais e internacionais, o estudo contribui para consolidar um modelo interpretativo integrado, alinhado aos pressupostos da Teoria da Perspectiva, indicando caminhos para o desenvolvimento de investigações futuras com maior rigor metodológico e delineamentos longitudinais.

Em termos sociais e institucionais, os resultados evidenciam a crescente valorização, na literatura analisada, da integração entre dimensões cognitivas e socioemocionais na compreensão da tomada de decisão financeira. Essa tendência indica a ampliação do debate acadêmico para além da mensuração do conhecimento financeiro, destacando a importância de abordagens que considerem fatores comportamentais e emocionais na análise do comportamento econômico.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Educação Financeira: Conceitos e Dimensões

A educação financeira ou *financial literacy* é amplamente reconhecida como um processo que envolve não apenas a aquisição de conhecimento técnico, mas também a formação de atitudes e comportamentos capazes de sustentar decisões conscientes ao longo da vida (OECD, 2005). Huston (2010) enfatiza que a educação financeira deve ser compreendida de forma multidimensional, integrando conhecimentos, práticas e valores. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2020), a educação financeira envolve um processo contínuo de aprendizado que permite ao indivíduo compreender conceitos financeiros, desenvolver habilidades e aplicar o conhecimento de forma eficaz na gestão de recursos pessoais e familiares. Essa concepção amplia a noção tradicional de educação financeira, incorporando aspectos cognitivos, atitudinais e comportamentais.

A educação financeira deve ser compreendida como uma competência essencial para a cidadania, pois influencia diretamente a capacidade de planejar, poupar, investir e lidar com situações de risco e endividamento (Atkinson & Messy, 2012). Mais do que transmitir

conhecimento técnico, a educação financeira envolve o desenvolvimento de habilidades cognitivas, comportamentais e socioemocionais, permitindo que o indivíduo tome decisões mais conscientes e estratégicas ao longo da vida (OECD, 2020). Nesse sentido, ela atua como ferramenta formativa e emancipatória, promovendo autonomia e inclusão social, especialmente em contextos de vulnerabilidade econômica (Lusardi & Mitchell, 2014)

Potrich, Vieira e Kirch (2015) destacam que a Educação Financeira combina conhecimento, atitude e comportamento, enquanto Klapper, Lusardi e Panos (2013) investigaram se níveis mais elevados de educação financeira estão associados a práticas de planejamento financeiro de longo prazo. Os resultados indicam que indivíduos com maior educação financeira apresentam maior probabilidade de realizar planejamento para aposentadoria e diversificação de investimentos.. Entretanto, Malmendier (2021) argumenta que experiências econômicas passadas e fatores emocionais moldam decisões financeiras futuras, indicando que o efeito da educação financeira depende do contexto psicológico e social em que o indivíduo está inserido.

Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014) observaram que intervenções pontuais apresentam baixo impacto, enquanto programas contínuos e contextualizados produzem mudanças comportamentais mais duradouras e estimulam a capacidade de planejamento financeiro. Brito e Silva (2024), ao analisarem programas em comunidades de baixa renda, constataram que a educação financeira não apenas promove maior controle orçamentário, mas também aumenta a autonomia financeira e reduz práticas de consumo predatório, indicando impactos sociais além da esfera econômica.

Hastings, Madrian e Skimmyhorn (2021) comentam que a efetividade das intervenções depende da integração entre conhecimento técnico e estratégias comportamentais, como estímulos à autorregulação, feedback contínuo e reflexão sobre escolhas passadas. Kahneman (2012) demonstra que o conhecimento técnico, por si só, não é suficiente para garantir decisões financeiras racionais, uma vez que a tomada de decisão é influenciada por heurísticas cognitivas e respostas emocionais automáticas. Thaler (2016) reforça esse argumento ao afirmar que indivíduos tomam decisões financeiras inconsistentes mesmo quando dispõem de informações adequadas, o que evidencia os limites da racionalidade econômica tradicional.

Saleem, Usman e Bashir (2023) indicam que níveis mais elevados de educação financeira reduzem a intensidade de vieses como excesso de confiança, comportamento de manada e efeito disposição, mas não os eliminam completamente. Machado e Almeida (2024) comentam que a educação financeira contribui para reduzir a impulsividade de consumo e estimular escolhas mais conscientes, indicando impacto também sobre a regulação emocional. Bateman et al. (2018) e Clark, Lusardi e Mitchell (2017) apontam que níveis mais elevados de educação financeira estão associados a maior percepção de controle financeiro, menor estresse econômico e maior resiliência diante de crises.

Nesse contexto, a educação financeira tem assumido papel central nas discussões sobre comportamento econômico e sustentabilidade financeira individual, especialmente diante da crescente complexidade dos mercados e da digitalização das relações de consumo (Silva & Lucena, 2022; Anbima, 2025). Sob essa perspectiva, a educação financeira ultrapassa

a mera compreensão de produtos bancários ou de investimento, assumindo também um papel formativo e emancipatório (Lusardi & Mitchell, 2014).

Portanto, a literatura indica que a educação financeira envolve não apenas a compreensão de conceitos técnicos relacionados ao manejo de recursos financeiros, mas também dimensões comportamentais associadas à forma como os indivíduos processam informações e tomam decisões econômicas. Entretanto, observa-se que a maior parte das pesquisas ainda privilegia a mensuração do conhecimento financeiro, dedicando menor atenção à influência de fatores psicológicos e comportamentais no processo decisório.

2.2 A Teoria da Perspectiva

A Teoria da Perspectiva (*Prospect Theory*), proposta por Kahneman e Tversky (1979), constitui um dos principais marcos da economia comportamental ao oferecer uma explicação alternativa ao modelo tradicional de escolha racional sob risco. Diferentemente da Teoria da Utilidade Esperada, que pressupõe decisões baseadas na maximização racional de resultados objetivos, a Teoria da Perspectiva demonstra que os indivíduos avaliam ganhos e perdas de forma relativa a um ponto de referência subjetivo, sendo fortemente influenciados por fatores cognitivos e emocionais no processo decisório (Kahneman & Tversky, 1979; Barberis & Thaler, 2003).

Segundo Kahneman e Tversky (1979), o processo decisório ocorre em duas etapas principais: a fase de edição (*editing*), na qual os indivíduos organizam e simplificam mentalmente as alternativas disponíveis, e a fase de avaliação (*evaluation*), em que os resultados são ponderados com base em valores subjetivos e probabilidades percebidas. Nesse contexto, decisões não são guiadas apenas por cálculos probabilísticos objetivos, mas por interpretações psicológicas das consequências potenciais, o que explica desvios sistemáticos em relação à racionalidade econômica clássica (Kahneman, 2011).

Um dos pilares centrais da teoria é a aversão à perda (*loss aversion*), princípio segundo o qual perdas produzem impacto psicológico mais intenso do que ganhos equivalentes. Kahneman e Tversky (1979) demonstraram empiricamente que a desutilidade associada à perda tende a ser aproximadamente duas vezes maior que a utilidade gerada por ganhos de mesma magnitude. Revisões posteriores em finanças comportamentais confirmam que esse mecanismo influencia decisões de investimento, consumo e poupança, levando indivíduos a evitar realizações de perdas mesmo quando racionalmente justificadas (Barberis & Thaler, 2003; Kahneman, 2011).

A estrutura da Teoria da Perspectiva também incorpora a função de ponderação de probabilidades, segundo a qual indivíduos tendem a superestimar eventos de baixa probabilidade e subestimar eventos altamente prováveis, distorcendo a percepção objetiva do risco (Kahneman & Tversky, 1979). Esse mecanismo ajuda a explicar comportamentos aparentemente contraditórios, como a simultânea busca por loterias e a aquisição de seguros, fenômenos amplamente discutidos na literatura comportamental (Barberis, 2013).

Entre os principais efeitos comportamentais derivados da teoria destacam-se o efeito de certeza, o efeito de reflexão, o efeito de isolamento e a aversão à perda. O efeito de certeza

refere-se à tendência dos indivíduos de preferirem ganhos garantidos em detrimento de alternativas probabilísticas com maior valor esperado, evidenciando a sobrevalorização psicológica da certeza (Kahneman & Tversky, 1979; Kahneman, 2011). Já o efeito de reflexão descreve a inversão das preferências diante de perdas, levando indivíduos a assumirem maior propensão ao risco quando confrontados com resultados negativos equivalentes aos cenários de ganho (Kahneman & Tversky, 1979).

O efeito de isolamento, por sua vez, ocorre quando decisores desconsideram componentes comuns entre alternativas e concentram sua análise apenas nos elementos que diferenciam as opções, simplificando escolhas complexas e produzindo inconsistências decisórias (Kahneman & Tversky, 1979). Esse processo está associado ao uso de heurísticas cognitivas, que reduzem o esforço mental, mas aumentam a probabilidade de vieses sistemáticos (Kahneman, 2011).

A aplicação desses mecanismos ao contexto financeiro permite compreender comportamentos amplamente observados nos mercados, como o efeito disposição, caracterizado pela tendência de investidores venderem ativos com ganhos rapidamente e manterem ativos em perda por períodos prolongados, comportamento empiricamente demonstrado por Shefrin e Statman (1985) e posteriormente interpretado à luz da aversão à perda prevista pela Teoria da Perspectiva. Evidências empíricas adicionais indicam que tais vieses persistem mesmo entre indivíduos com elevado nível educacional ou experiência financeira, reforçando o caráter estrutural das limitações cognitivas no processo decisório (Yoshinaga & Ramalho, 2014; Thaler, 2016).

Nesse sentido, a Teoria da Perspectiva consolidou-se como base teórica fundamental das finanças comportamentais ao demonstrar que decisões econômicas resultam da interação entre processos cognitivos automáticos e avaliações racionais deliberadas. Conforme argumenta Kahneman (2011), o pensamento humano opera por meio de sistemas dualistas — um rápido e intuitivo e outro lento e analítico — cuja interação explica a persistência de vieses mesmo diante do acesso à informação e ao conhecimento técnico.

Diante dessas evidências, a Teoria da Perspectiva contribui para ampliar a compreensão sobre o processo de tomada de decisão financeira, ao demonstrar que os indivíduos não avaliam riscos e retornos apenas com base em critérios estritamente racionais, mas também a partir de percepções subjetivas de ganhos e perdas, influenciadas por vieses cognitivos. Nesse contexto, a presença desses vieses sugere que intervenções em educação financeira devem considerar não apenas a transmissão de conhecimento técnico, mas também mecanismos capazes de reduzir distorções cognitivas no processo decisório. Assim, a integração entre educação financeira e abordagens comportamentais torna-se fundamental para promover decisões financeiras mais equilibradas e conscientes, especialmente em ambientes caracterizados por incerteza e risco.

3 Método de Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa, por meio de técnicas de análise bibliométrica, como análise de frequência de palavras-chave, distribuição temporal das publicações, identificação dos autores e periódicos mais recorrentes e análise

temática do conteúdo dos estudos selecionados.. O objetivo foi analisar a produção científica que articula educação financeira e Teoria da Perspectiva no período de 2010 a 2025. A constituição do corpus ocorreu a partir de buscas realizadas nas bases *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO*, *Google Scholar* e Periódicos CAPES, selecionadas em razão de sua abrangência e relevância nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas. O processo de identificação, triagem e inclusão dos estudos seguiu as recomendações do protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), assegurando transparência e rastreabilidade das etapas de seleção.

As buscas foram realizadas nos campos "title", "abstract" e "keywords" (ou equivalentes em português), utilizando operadores booleanos AND e OR. As principais strings empregadas foram: ("financial literacy" OR "financial education") AND ("prospect theory" OR "behavioral biases" OR "loss aversion" OR "overconfidence" OR "framing effect") e ("educação financeira") AND ("teoria da perspectiva" OR "vieses comportamentais" OR "aversão à perda"). As expressões foram adaptadas às especificidades técnicas de cada base.

A busca inicial resultou em 124 registros identificados nas bases selecionadas. Após a remoção de 27 estudos duplicados, permaneceram 97 artigos para a etapa de triagem. Na leitura de títulos e resumos, 41 estudos foram excluídos por não apresentarem relação direta entre educação financeira e vieses decisórios associados à Teoria da Perspectiva. Restaram 56 artigos para leitura integral. Nessa etapa, 23 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos, sendo 12 por abordarem os temas de forma apenas conceitual, sem estabelecer relação direta entre educação financeira e os vieses comportamentais associados à Teoria da Perspectiva.; 6 por não terem sido publicados em periódicos revisados por pares; e 5 por não apresentarem dados empíricos provenientes de aplicações quantitativas, experimentais ou levantamentos amostrais relacionados ao fenômeno investigado. A amostra final foi composta por 33 artigos, dos quais 18 internacionais e 15 nacionais.

A análise dos estudos selecionados foi conduzida por meio de abordagem descritivo-analítica, contemplando a caracterização dos trabalhos quanto ao período de publicação, contexto geográfico, delineamento metodológico e instrumentos de coleta de dados empregados. Esses elementos permitiram identificar padrões estruturais da produção científica e tendências investigativas no campo da educação financeira sob a perspectiva comportamental.

Complementarmente, aplicou-se a técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2011), operacionalizada em três etapas: pré-análise, exploração do material e tratamento interpretativo dos resultados. As categorias analíticas foram definidas de forma híbrida, combinando categorias teóricas a priorifundamentadas nos efeitos centrais da Teoria da Perspectiva (efeito certeza, efeito reflexão e efeito isolamento) com categorias emergentes identificadas durante a leitura integral dos artigos, especialmente relacionadas às estratégias de educação financeira e às variáveis mediadoras investigadas.

O processo analítico envolveu a leitura sistemática dos estudos e sua posterior categorização conforme os eixos definidos, permitindo a organização dos achados em agrupamentos temáticos comparáveis. A consistência interpretativa foi assegurada mediante

revisão sucessiva das classificações e reavaliação dos enquadramentos analíticos, buscando reduzir ambiguidades e garantir coerência entre os objetivos da pesquisa e os resultados apresentados.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise quantitativa dos resultados

A análise dos estudos inicia-se pela observação da evolução temporal da produção científica que articula educação financeira e vieses comportamentais associados à Teoria da Perspectiva. A caracterização metodológica dos 33 estudos analisados permite compreender não apenas a expansão do campo ao longo do tempo, mas também as condições estruturais sob as quais os achados empíricos foram produzidos. Nesse contexto, na Figura 1 apresenta-se a evolução temporal das evidências empíricas publicadas entre 2010 e 2025, sintetizando a trajetória de consolidação da literatura.

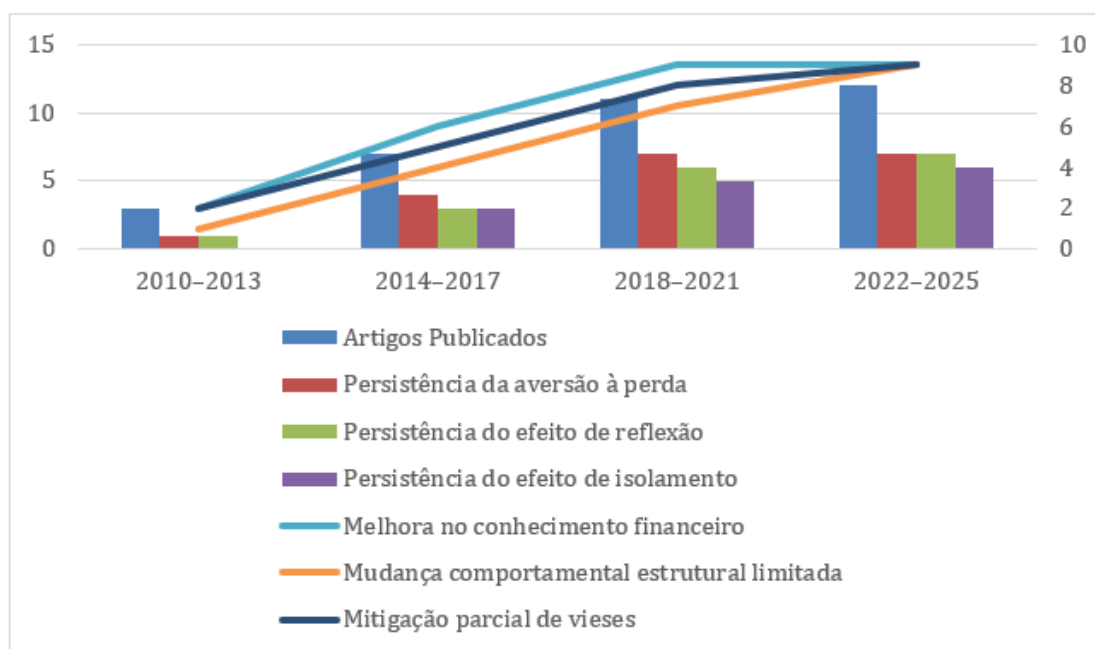


Figura 1. Evolução temporal

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelas autoras (2026).

A Figura 1 evidencia crescimento progressivo da produção científica ao longo do período analisado, especialmente após meados de 2010, indicando maior consolidação do campo. Contudo, mesmo com o aumento das publicações, observa-se elevada recorrência de vieses como aversão à perda e efeito de reflexão, sugerindo estabilidade desses padrões comportamentais. Esse resultado reforça a Teoria da Perspectiva, que aponta a influência de heurísticas e assimetrias na avaliação de ganhos e perdas (Kahneman & Tversky, 1979; Kahneman, 2011; Barberis & Thaler, 2003).

Apesar da ampliação do conhecimento financeiro, a mitigação dos vieses ocorre de forma gradual e parcial, sem evidências de eliminação ao longo do tempo. Esse achado

converge com a literatura ao indicar que a educação financeira melhora a capacidade informacional, mas não garante mudanças comportamentais duradouras (Lusardi & Mitchell, 2014), sendo seus efeitos frequentemente limitados quando não acompanhados de reforço contínuo (Fernandes, Lynch & Netemeyer, 2014).

A figura também evidencia limitações estruturais persistentes, mesmo diante de avanços metodológicos. Estudos experimentais e longitudinais demonstram que ganhos cognitivos nem sempre se traduzem em mudanças comportamentais sustentáveis sem mecanismos de suporte à decisão (Hastings, Madrian & Skimmyhorn, 2013).

Por fim, os estudos analisados indicam predominância de vieses como aversão à perda, excesso de confiança, efeito de enquadramento, impulsividade e comportamento de manada. A recorrência desses padrões confirma a influência persistente de fatores psicológicos nas decisões financeiras, mesmo em contextos de maior acesso à informação (Lusardi & Mitchell, 2014; Bateman et al., 2018; Yoshinaga & Ramalho, 2014; Silva & Lucena, 2022; Shaikh & Khan, 2024).

Assim, na Tabela 1 apresenta-se a frequência dos vieses identificados, permitindo visualizar sua incidência comparativa entre produções internacionais e nacionais, bem como identificar quais dimensões comportamentais têm recebido maior atenção na literatura recente que articula educação financeira e Teoria da Perspectiva.

Tabela 1. Frequência dos vieses comportamentais nos estudos analisados

Viés Comportamental	Estudos Internacionais (n=18)	Estudos Nacionais (n=15)	Total (n=33)	Percentual (%)
Aversão à perda	14	9	23	69,7
Excesso de confiança	9	5	14	42,4
Efeito de enquadramento	6	3	9	27,3
Impulsividade	4	6	10	30,3
Herding	5	2	7	21,2

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelas autoras (2026).

Observa-se na Tabela 1 que, dos 33 estudos analisados, 23 (69,7%) investigam a aversão à perda, configurando-se como o viés comportamental de maior incidência na literatura que articula educação financeira e Teoria da Perspectiva. Em seguida, destacam-se o excesso de confiança (42,4%) e a impulsividade (30,3%), enquanto o efeito de enquadramento (27,3%) e o comportamento de manada (21,2%) aparecem com menor frequência. A predominância da aversão à perda, observada em quase 70% dos estudos, confirma sua centralidade empírica na Teoria da Perspectiva.

Esse resultado reforça o argumento de Kahneman e Tversky (1979) de que as perdas exercem impacto psicológico mais intenso do que ganhos equivalentes, influenciando decisões financeiras mesmo entre indivíduos com maior nível de instrução. A recorrência desse viés tanto em estudos internacionais (14) quanto nacionais (9) sugere estabilidade comportamental em diferentes contextos institucionais, indicando que a assimetria entre ganhos e perdas permanece como elemento estruturante da tomada de decisão sob risco. Por outro lado, a menor incidência de investigações sobre herding e efeito de enquadramento revela concentração temática em poucos vieses, o que aponta para lacunas na exploração de dimensões mais complexas da decisão financeira, especialmente aquelas relacionadas à influência social e à forma de apresentação das alternativas.

Na Tabela 2 apresenta-se a caracterização metodológica geral dos estudos analisados, sistematizando aspectos relacionados à origem das pesquisas, aos delineamentos adotados, à validação dos instrumentos utilizados e ao tipo de abordagem analítica empregada. Essa organização permite contextualizar os resultados anteriormente apresentados, oferecendo base para a análise das potencialidades e limitações estruturais da produção científica examinada.

Tabela 2. Caracterização geral dos estudos analisados

Característica	Categoria	Quantidade (n)	Percentual (%)
Origem dos estudos	Internacionais	18	54,5
	Nacionais	15	45,5
Abordagem metodológica	Quantitativa	24	72,7
	Qualitativa	6	18,2
	Mista	3	9,1
Estratégia de pesquisa	Survey (questionários estruturados)	17	51,5
	Dados secundários / bases longitudinais	5	15,2
	Revisão sistemática / meta-análise	5	15,2
	Experimental / quase experimental	5	15,1
	Documental / bibliométrica	1	3,0
Delineamento metodológico	Transversal	22	66,7
	Longitudinal	6	18,2
	Quase experimental / Experimental	5	15,1
Validação dos instrumentos	Instrumentos validados	20	60,6



Característica	Categoria	Quantidade (n)	Percentual (%)
Abordagem analítica	Instrumentos não validados/adaptados	13	39,4
	Ênfase apenas cognitiva	12	36,4
	Integração cognitiva e socioemocional	21	63,6

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelas autoras (2026).

A predominância de delineamentos voltados à observação pontual do comportamento financeiro contribui para explicar por que a literatura tem avançado na identificação dos vieses, mas ainda apresenta limitações na compreensão de sua dinâmica ao longo do tempo. Estudos transversais são eficazes para mapear associações entre variáveis, porém possuem menor capacidade de inferência causal e de acompanhamento contínuo (Shadish, Cook & Campbell, 2002), o que ajuda a explicar a persistência dos vieses mesmo com o avanço das pesquisas.

A caracterização metodológica evidencia um campo ainda em consolidação, com forte orientação empírico-quantitativa e foco na mensuração do comportamento financeiro em contextos específicos. Dessa forma, a literatura tem priorizado a identificação de associações entre educação financeira e vieses decisórios, com menor aprofundamento em mecanismos causais e longitudinais.

A predominância de delineamentos observacionais reforça esse cenário, uma vez que, embora adequados para examinar relações em um dado momento, apresentam limitações na análise de processos dinâmicos (Shadish, Cook & Campbell, 2002). Assim, a literatura avança na identificação dos vieses, mas ainda enfrenta dificuldades em compreender como eles se formam, se mantêm e podem ser modificados ao longo do tempo.

Sob a perspectiva das finanças comportamentais, essa limitação é relevante, pois heurísticas como aversão à perda e excesso de confiança possuem elevada persistência temporal (Kahneman, 2011; Thaler, 2016). Nesse sentido, análises baseadas apenas em correlações estáticas não capturam a complexidade do processo decisório, que envolve fatores cognitivos, emocionais e contextuais.

Outro ponto refere-se à heterogeneidade dos instrumentos de mensuração, com a coexistência de escalas validadas e medidas adaptadas, o que pode comprometer a comparabilidade dos resultados (DeVellis, 2017; Hair et al., 2019). Por outro lado, observa-se avanço na incorporação de dimensões socioemocionais, indicando alinhamento com a literatura de finanças comportamentais (Kahneman, 2011).

De forma geral, a produção científica tem se concentrado na identificação de padrões comportamentais, mas ainda apresenta limitações na análise da dinâmica temporal e dos mecanismos de mudança. Assim, o avanço do campo demanda maior investimento em estudos longitudinais e experimentais, capazes de testar intervenções e fortalecer a inferência causal (Shadish, Cook & Campbell, 2002).

Além disso, recomenda-se a adoção de protocolos padronizados de mensuração, com validação psicométrica rigorosa e comparabilidade entre contextos, fortalecendo a consistência acumulativa das evidências (DeVellis, 2017; Hair et al., 2019). Sob a ótica das finanças comportamentais, também se mostra promissora a integração de métodos experimentais baseados em cenários decisórios simulados, testes comportamentais e análises baseadas na Teoria da Perspectiva, permitindo observar respostas efetivas a situações de risco, e não apenas autorrelatos declaratórios (Kahneman, 2011; Thaler, 2016).

Assim, a consolidação da pesquisa em educação financeira requer o deslocamento gradual de investigações predominantemente descritivas para modelos explicativos e interventivos, capazes de examinar não apenas se os vieses estão presentes, mas em que condições podem ser atenuados ou modulados por políticas educacionais estruturadas.

4.2 Análise qualitativa dos resultados

Diferentemente da análise quantitativa anterior, que identificou a incidência dos vieses na literatura, esta etapa qualitativa concentrou-se na interpretação dos resultados dos estudos, investigando como os vieses decisórios são conceituados, mensurados e discutidos nos diferentes contextos empíricos analisados. A Tabela 3 sistematiza os principais efeitos observados, organizando-os em quatro dimensões centrais recorrentes nos estudos: melhora no conhecimento financeiro, mitigação parcial dos vieses, eliminação dos vieses e efeitos sustentáveis no longo prazo. A classificação apresentada permite avaliar o grau de evidência predominante nos contextos internacional e nacional, oferecendo uma visão comparativa acerca dos limites e alcances da educação financeira na transformação do processo decisório.

Tabela 3. Efeitos da educação financeira sobre o comportamento decisório

Efeito observado	Estudos Internacionais	Estudos Nacionais	Evidência predominante
Melhora no conhecimento financeiro	Alta	Alta	Consistente
Mitigação parcial dos vieses	Moderada	Baixa	Recorrente
Eliminação dos vieses	Baixa	Nula	Não evidenciada
Efeitos sustentáveis no longo prazo	Limitada	Ausente	Inconclusiva

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelas autoras (2026).

A Tabela 3 evidencia que a educação financeira apresenta efeito consistente na melhora do conhecimento financeiro, tanto em estudos internacionais quanto nacionais, corroborando achados amplamente documentados na literatura (Lusardi & Mitchell, 2014). Entretanto, quando se analisa o impacto sobre o comportamento decisório, observa-se que a mitigação dos vieses ocorre apenas de forma moderada no cenário internacional e baixa no contexto nacional. Em consonância com a análise quantitativa apresentada anteriormente, observa-se que o aumento do conhecimento não implica, necessariamente, transformação

automática do processo decisório, conforme demonstrado por Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014).

Adicionalmente, a eliminação dos vieses não é evidenciada na literatura analisada, o que se alinha à proposição central da Teoria da Perspectiva, segundo a qual tais distorções são inerentes à estrutura cognitiva dos indivíduos (Kahneman & Tversky, 1979; Kahneman, 2011). Mesmo em contextos de maior instrução financeira, os indivíduos permanecem suscetíveis à aversão à perda, ao excesso de confiança e a outros atalhos heurísticos, evidenciando que os efeitos educacionais se concentram predominantemente na dimensão cognitiva do processo decisório.

Os efeitos sustentáveis no longo prazo, classificados como limitados ou inconclusivos, sugerem que os impactos identificados concentram-se predominantemente na dimensão cognitiva, não alcançando, de forma robusta, a esfera comportamental estrutural. Tal constatação revela uma assimetria entre aquisição de conhecimento e mudança efetiva de comportamento, aspecto que demanda análise mais aprofundada das características metodológicas e estruturais dos estudos examinados.

Tabela 4. Lacunas e implicações para pesquisas futuras

Dimensão	Lacuna identificada	Implicações para pesquisas futuras
Metodológica	Uso recorrente de instrumentos não validados ou adaptados sem evidências psicométricas consistentes	Desenvolver e validar escalas específicas para educação financeira e vieses decisórios no contexto brasileiro
Teórica	Integração ainda limitada entre educação financeira e pressupostos da Teoria da Perspectiva	Construção de modelos teóricos integrados que expliquem mecanismos comportamentais da decisão financeira
Empírica	Predominância de estudos transversais e concentração em populações específicas	Realização de pesquisas longitudinais e ampliação das amostras para diferentes grupos sociais e econômicos
Analítica	Ênfase na identificação dos vieses, com menor exploração de processos de mudança comportamental	Investigar efeitos de intervenções educacionais sobre a redução ou modulação dos vieses ao longo do tempo
Dimensão	Lacuna identificada	Implicações para pesquisas futuras

Fonte: Dados da pesquisa elaborados pelas autoras (2026).

A sistematização das lacunas identificadas na Tabela 4 evidencia que os desafios do campo ultrapassam a simples identificação dos vieses decisórios, abrangendo limitações de

natureza metodológica, teórica, empírica e analítica. Em conjunto, essas lacunas indicam que o avanço da literatura depende tanto do aprimoramento dos procedimentos de investigação quanto do fortalecimento da integração conceitual entre educação financeira e abordagens comportamentais.

Sob a dimensão metodológica, observa-se o uso recorrente de instrumentos não validados ou adaptados sem evidências psicométricas consistentes, o que pode comprometer a confiabilidade e a comparabilidade dos resultados empíricos. Considerando que a mensuração de construtos comportamentais requer rigor conceitual e estatístico, torna-se necessária a validação de escalas específicas para o contexto brasileiro, conforme recomendações metodológicas apresentadas por DeVellis (2017).

No âmbito teórico, a literatura ainda apresenta integração limitada entre educação financeira e os pressupostos da Teoria da Perspectiva, evidenciando lacunas na construção de modelos explicativos capazes de articular conhecimento financeiro e processos psicológicos de decisão. Conforme proposto por Kahneman e Tversky (1979), decisões sob risco são influenciadas por percepções subjetivas de ganhos e perdas, indicando a necessidade de modelos teóricos integrados que considerem simultaneamente dimensões cognitivas e comportamentais.

A dimensão empírica revela predominância de estudos com delineamento transversal e concentração em populações específicas, o que restringe a compreensão das mudanças comportamentais ao longo do tempo. Tal característica limita inferências causais e reforça a necessidade de pesquisas longitudinais e de maior diversidade amostral, capazes de examinar trajetórias decisórias em diferentes contextos sociais e econômicos.

Por fim, na dimensão analítica, identifica-se ênfase predominante na detecção dos vieses, com menor exploração dos processos de mudança comportamental decorrentes de intervenções educacionais. Esse padrão sugere a importância de investigações futuras voltadas à avaliação dos efeitos da educação financeira sobre a modulação dos vieses decisórios, permitindo compreender não apenas sua ocorrência, mas também suas possibilidades de transformação ao longo do tempo.

4.3 Direções Futuras

A análise das seções de limitações e recomendações para pesquisas futuras dos estudos que compõem o corpus evidencia convergência em torno de lacunas metodológicas, teóricas e contextuais ainda presentes na literatura que articula educação financeira e vieses decisórios. A partir dessas evidências, identificam-se três direções principais para o avanço da agenda científica do campo: (i) realização de pesquisas longitudinais capazes de examinar a persistência dos efeitos da educação financeira ao longo do tempo; (ii) adoção de delineamentos experimentais ou quase-experimentais que permitam maior robustez na inferência causal; e (iii) desenvolvimento de modelos teóricos integrados que articulem educação financeira e os mecanismos cognitivos descritos pela Teoria da Perspectiva.

Diversos estudos internacionais apontam como limitação central a predominância de delineamentos transversais, ressaltando que esse formato impede a verificação de efeitos

persistentes da educação financeira sobre o comportamento ao longo do tempo. Nesse sentido, os próprios autores recomendam a realização de pesquisas longitudinais capazes de acompanhar mudanças comportamentais em horizontes temporais mais amplos, especialmente no que se refere à estabilidade do planejamento financeiro, da poupança e da tolerância ao risco (Lusardi & Mitchell, 2014; Van Rooij, Lusardi & Alessie, 2011; Clark, Lusardi & Mitchell, 2017).

Outra lacuna recorrente refere-se à necessidade de delineamentos experimentais ou quase-experimentais. Parte dos estudos reconhece que a associação entre educação financeira e redução de vieses não permite inferência causal robusta, recomendando investigações que utilizem intervenções controladas para examinar, de forma mais precisa, os efeitos do aprendizado financeiro sobre heurísticas como aversão à perda, excesso de confiança e efeito disposição (Fernandes, Lynch & Netemeyer, 2014; Saleem, Usman & Bashir, 2023).

No plano teórico, alguns autores indicam que a literatura ainda carece de modelos integrados que articulem explicitamente educação financeira e mecanismos cognitivos previstos pela Teoria da Perspectiva. As recomendações enfatizam a necessidade de examinar variáveis psicológicas intermediárias — como percepção subjetiva de risco, reflexão cognitiva e autorregulação — a fim de compreender por que indivíduos com níveis semelhantes de conhecimento financeiro apresentam comportamentos distintos diante de decisões sob risco (Clark et al., 2017; Bateman et al., 2018).

No contexto metodológico, estudos nacionais destacam como limitação o uso de instrumentos adaptados sem evidências consistentes de validade psicométrica, recomendando o desenvolvimento e validação de escalas específicas para o contexto brasileiro, tanto para mensuração da educação financeira quanto para avaliação de vieses comportamentais (Potrich, Vieira & Kirch, 2015; Silva & Lucena, 2022). Os autores ressaltam que o avanço nessa dimensão pode ampliar a confiabilidade das análises e favorecer maior comparabilidade internacional.

Adicionalmente, parte da literatura aponta a concentração das evidências em amostras específicas — frequentemente universitários ou investidores — sugerindo a ampliação das populações investigadas. Recomenda-se a inclusão de diferentes grupos socioeconômicos, faixas etárias e contextos regionais, especialmente em países emergentes, a fim de examinar como variáveis contextuais influenciam tanto o nível de alfabetização financeira quanto a manifestação de vieses decisórios (OECD, 2020; Brito & Silva, 2024).

Por fim, alguns estudos indicam que a maioria das pesquisas se limita à identificação da presença de vieses, sugerindo como agenda futura a investigação dos mecanismos pelos quais tais vieses podem ser atenuados ou reorganizados a partir de estratégias educacionais específicas. Nessa direção, recomenda-se examinar formatos pedagógicos distintos, intensidade das intervenções e integração entre componentes cognitivos e emocionais, com vistas a avaliar a efetividade das ações educacionais para além da mensuração do conhecimento declarativo (Hastings, Madrian & Skimmyhorn, 2021; Machado & Almeida, 2024).

Em síntese, as evidências analisadas indicam que o avanço da literatura depende do desenvolvimento dessas três agendas de pesquisa — a realização de pesquisas longitudinais, a adoção de delineamentos experimentais ou quase-experimentais e o desenvolvimento de modelos teóricos integrados entre educação financeira e Teoria da Perspectiva. Tais direções reforçam a necessidade de fortalecimento do rigor metodológico e do aprofundamento teórico do campo, indicando que a área ainda se encontra em processo de consolidação teórico-empírica.

5. Conclusões

O objetivo desta pesquisa foi analisar as perspectivas e direções futuras da produção científica que articula educação financeira e Teoria da Perspectiva, no período de 2010 a 2025, buscando compreender como a literatura tem integrado o conhecimento financeiro aos vieses decisórios sob risco. Metodologicamente, tratou-se de um estudo descritivo, de natureza qualitativa, utilizando técnicas de investigação bibliométrica e análise de conteúdo, a partir de 33 artigos selecionados nas bases Scopus, Web of Science, SciELO, Google Scholar e Periódicos CAPES, seguindo os critérios do protocolo PRISMA.

Constatou-se que o campo apresenta evolução progressiva, sobretudo a partir de 2014, evidenciando maior interesse acadêmico na interface entre educação financeira e finanças comportamentais. Entretanto, verificou-se que essa produção ainda se encontra em fase de consolidação teórico-empírica, marcada pela predominância de delineamentos transversais, uso recorrente de surveys e concentração na identificação da presença de vieses, especialmente a aversão à perda, o excesso de confiança e o efeito de enquadramento. Observou-se que, embora a educação financeira esteja consistentemente associada à ampliação do conhecimento financeiro, seus efeitos sobre a modulação dos vieses comportamentais mostram-se predominantemente parciais e não sustentáveis no longo prazo, não sendo evidenciada a eliminação estrutural dessas distorções cognitivas.

No que concerne às características metodológicas, verificou-se predominância de estudos quantitativos, com uso significativo de instrumentos nem sempre validados psicometricamente, especialmente no contexto nacional. Além disso, constatou-se integração ainda limitada entre os pressupostos da Teoria da Perspectiva e os modelos analíticos de educação financeira, indicando que grande parte das pesquisas concentra-se na mensuração do conhecimento e na detecção de vieses, mas com menor aprofundamento nos mecanismos psicológicos que sustentam a tomada de decisão sob risco.

De maneira macro, a pesquisa evidenciou que o campo tem avançado na descrição dos fenômenos comportamentais, porém ainda carece de maior robustez explicativa e metodológica, especialmente quanto à investigação de efeitos causais e dinâmicos das intervenções educacionais. Assim, verificou-se que a literatura responde parcialmente à questão proposta, ao indicar perspectivas futuras voltadas ao fortalecimento de delineamentos longitudinais e experimentais, à validação de instrumentos específicos e à construção de modelos teóricos integrados que articulem dimensões cognitivas e socioemocionais da decisão financeira.

No âmbito das implicações acadêmicas, este estudo contribui ao sistematizar o estado da arte da produção científica nacional e internacional sobre educação financeira à luz da Teoria da Perspectiva, identificando padrões investigativos, lacunas e tendências emergentes na literatura. Ao mapear fragilidades metodológicas e limitações analíticas presentes nos estudos examinados, a pesquisa oferece subsídios para o aprimoramento do rigor científico e para o avanço teórico e empírico da área.

Ressalta-se que a contribuição deste estudo reside principalmente na sistematização da produção científica que integra educação financeira e vieses decisórios, organizando o estado da arte da literatura recente e identificando lacunas teóricas, metodológicas e empíricas ainda presentes no campo. Ao propor uma agenda de pesquisa baseada nos pressupostos da Teoria da Perspectiva, o estudo oferece subsídios para o desenvolvimento de investigações futuras mais integradas e metodologicamente robustas.

Quanto às implicações práticas, os resultados indicam que políticas e programas de educação financeira devem ultrapassar a mera transmissão de conteúdo informacional, incorporando estratégias voltadas à autorregulação emocional, à percepção de risco e ao enfrentamento de vieses cognitivos. Essa perspectiva pode contribuir para o desenvolvimento de intervenções educacionais mais eficazes, capazes de promover não apenas ampliação do conhecimento financeiro, mas também mudanças comportamentais mais consistentes.

Em síntese, os achados indicam que a integração entre educação financeira e Teoria da Perspectiva constitui uma agenda de pesquisa promissora, ainda em processo de consolidação no campo acadêmico. Ao evidenciar lacunas metodológicas, teóricas e empíricas na literatura, o estudo oferece subsídios para o desenvolvimento de investigações futuras mais robustas e integradas no âmbito das finanças comportamentais.

Como limitação, destaca-se que a seleção dos estudos esteve restrita às bases de dados consultadas e aos critérios de inclusão estabelecidos, podendo não contemplar produções relevantes publicadas em outros repositórios ou formatos acadêmicos. Ademais, por tratar-se de revisão baseada em dados secundários, as conclusões dependem da qualidade metodológica das pesquisas analisadas.

Dessa forma, recomenda-se para estudos futuros a ampliação das bases de dados investigadas, a realização de pesquisas longitudinais e experimentais que permitam examinar efeitos causais das intervenções educacionais, o desenvolvimento e validação de instrumentos específicos para o contexto brasileiro e a ampliação das amostras para diferentes grupos sociais e econômicos. Tais avanços poderão contribuir para consolidar uma agenda de pesquisa mais integrada e explicativa, fortalecendo a compreensão da complexidade do comportamento financeiro sob risco e ampliando o debate acadêmico na área de Finanças.

REFERÊNCIAS

Abreu, C., Delfino, G. M., & Araujo, F. O. (2024). Alfabetização financeira no ensino superior: Uma análise do nível de conhecimento de alunos e a contribuição da instituição. *Ciência & Educação* (Bauru), 30, e24029. <https://doi.org/10.1590/1516->

[731320240029](#)

- Agnew, J. R., & Szykman, L. R. (2005). Asset allocation and information overload: The influence of information display, asset choice, and investor experience. *Journal of Behavioral Finance*, 6(2), 57-70. https://doi.org/10.1207/s15427579jpfm0602_2
- Aguiar, A. S., & Botelho, D. R. (2024). Alfabetização financeira dos graduandos brasileiros e o impacto da pandemia do COVID-19 em suas finanças pessoais. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 14(3). <https://doi.org/10.18028/rgfc.v14i3.13698>
- Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: Evolução histórica e questões atuais. Em *Questão*, 12(1), 11–32. <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16>
- Araújo, S. R. de, Portugal, N. dos S., Alves, A. F., & Guedes, L. C. V. (2026). Conhecimento e comportamento financeiro: Um estudo sobre alfabetização financeira ao longo da trajetória acadêmica de estudantes universitários. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. <https://doi.org/10.16930/2237-766220263619>
- Aren, S., & Zengin, A. N. (2016). Influence of financial literacy and risk perception on choice of investment. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 235, 656–663. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2016.11.047>
- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. (2025). *Educação financeira e comportamento do investidor no Brasil*. ANBIMA. <https://www.anbima.com.br>
- Atkinson, A., & Messy, F. (2012). Measuring financial literacy: Results of the OECD / International Network on Financial Education (INFE) pilot study. *OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions*, 15(1), 1-73. <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>
- Bannier, C. E., & Schwarz, M. (2018). Gender- and education-related effects of financial literacy and confidence on financial advice seeking. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 150(1), 146-167. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2018.03.011>
- Barberis, N. C. (2013). Thirty years of prospect theory in economics: A review and assessment. *Journal of Economic Perspectives*, 27(1), 173–196. <https://doi.org/10.1257/jep.27.1.173>
- Barberis, N., & Thaler, R. (2003). A survey of behavioral finance. In G. Constantinides, M. Harris, & R. Stulz (Eds.). *Handbook of the Economics of Finance* (Vol. 1, pp. 1053-1128). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1574-0102\(03\)01027-6](https://doi.org/10.1016/S1574-0102(03)01027-6)

- Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo (Rev. e ampl.). *Edições 70*.
- Bateman, H., Eckert, C., Iskhakov, F., Louviere, J., Satchell, S., & Thorp, S. (2018). Individual capability and effort in retirement benefit choices. *Journal of Risk and Insurance*, 85(2), 483-512. <https://doi.org/10.1111/jori.12165>
- Brasil. Comitê Nacional de Educação Financeira. (2023). *Relatório de avaliação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)*. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/educacao-financeira>
- Brown, M., & Graf, R. (2013). Financial literacy and retirement planning in Switzerland. *Numeracy*, 6(2), 1-23. <https://doi.org/10.5038/1936-4660.6.2.6>
- Bucher-Koenen, T., & Lusardi, A. (2011). Financial literacy and retirement planning in Germany. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 565-584. <https://doi.org/10.1017/S1474747211000485>
- Cabral, J., & Hein, N. (2025). Implication of financial behavior of entrepreneurs in Brazil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. <https://doi.org/10.16930/2237-7662202535581>
- Campos, R. C. G., Pereira, F. B., & Ribeiro, W. C. (2024). Comportamento financeiro de estudantes no sul de Minas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 18(3). <https://www.redalyc.org/journal/4417/441780040008/441780040008.pdf>
- Carpene, F., Cole, S., Shapiro, J., & Zia, B. (2011). Unpacking the causal chain of financial literacy. *World Bank Policy Research Working Paper*, 5798, 1-40. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228293163_Unpacking_the_Causal_Chain_of_Financial_Literacy
- Chen, H., & Volpe, R. P. (2002). Gender differences in personal financial literacy among college students. *Financial Services Review*, 11(3), 289-307. https://www.researchgate.net/publication/285358406_Gender_Differences_in_Personal_Financial_Literacy_Among_College_Students
- Clark, R., Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2017). Financial knowledge and 401(k) investment performance. *Journal of Pension Economics and Finance*, 16(3), 324-347. <https://doi.org/10.1017/S1474747215000384>
- Duxbury, D., Hudson, R., Keasey, K., Yang, Z., & Yao, S. (2015). Do the disposition and house money effects coexist? *Journal of Behavioral and Experimental Finance*, 8, 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.intfin.2014.11.004>

- Fernandes, D., Lynch, J. G., & Netemeyer, R. G. (2014). Financial literacy, financial education, and downstream financial behaviors. *Management Science*, 60(8), 1861-1883.
<https://doi.org/10.1287/mnsc.2013.1849>
- Figueiredo, A. P., Souza, R. C., & Carvalho, L. F. (2023). Educação financeira e práticas de consumo entre universitários. *Educação & Sociedade*, 44, e256412.
<https://doi.org/10.1590/es.256412>
- Fink, A. (2014). Conducting research literature reviews: From the internet to paper (4th ed.). *SAGE Publications*.
- Gächter, S., Johnson, E. J., & Herrmann, A. (2009). Individual-level loss aversion in riskless and risky choices. *Economic Inquiry*, 48(4), 909-924. <https://doi.org/10.1111/j.1465-7295.2009.00262.x>
- Hastings, J. S., & Tejada-Ashton, L. (2008). Financial literacy, information, and demand elasticity: Survey and experimental evidence from Mexico. *NBER Working Paper*, 14538, 1-41. <https://doi.org/10.3386/w14538>
- Hildebrandus, H., Hady, H., & Nalurita, F. (2023). The influence of financial literacy as a mediation of the relationship between behavioral bias and decisions in investing employees in Jabodetabek. *Journal of Social Research*, 2(5), 1643–1654.
<https://doi.org/10.55324/josr.v2i5.871>
- Huston, S. J. (2010). Measuring financial literacy. *Journal of Consumer Affairs*, 44(2), 296-316.
<https://doi.org/10.1111/j.1745-6606.2010.01170.x>
- Kahneman, D. (2011). Thinking, fast and slow. *Farrar, Straus and Giroux*.
<https://dn790002.ca.archive.org/0/items/DanielKahnemanThinkingFastAndSlow/Daniel%20Kahneman-Thinking%2C%20Fast%20and%20Slow%20%20.pdf>
- Kahneman, D., & Tversky, A. (1979). Prospect theory: An analysis of decision under risk. *Econometrica*, 47(2), 263-291. <https://doi.org/10.2307/1914185>
- Klapper, L., Lusardi, A., & Panos, G. (2013). Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. *Journal of Banking & Finance*, 37(10), 3904-3923. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2013.07.014>
- Lazaretti Jr., R. C., Castanheira, G. S., & Maschio, P. A. S. (2025). A importância da educação financeira no Brasil. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, 5(12).
<https://doi.org/10.47820/recima21.v5i12.6104>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. S. (2014). The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. *Journal of Economic Literature*, 52(1), 5-44.
<https://doi.org/10.1257/jel.52.1.5>

- Machado, Damiana, Almeida & Tânia. Educação financeira e fatores emocionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 40, p. 1-9, 2024.
<https://www.scielo.br/i/ptp/a/LKw7mdQgcQkCDT3YDm83tLn/?format=pdf&lang=pt>.
- Malmendier, U., & Nagel, S. (2011). Depression babies: Do macroeconomic experiences affect risk taking? *The Quarterly Journal of Economics*, 126(1), 373–416.
<https://doi.org/10.1093/qje/qjq004>
- Merco, J., Bubeck, S. K., & Rodrigues Junior, M. M. (2024). Efeito da educação financeira e atitudes frente ao dinheiro na propensão ao endividamento. *Revista Mineira de Contabilidade*, 26(2). <https://doi.org/10.51320/rmc.v26i2.1615>
- Oliveira, S. F., & Forte, D. (2025). Unveiling students' indebtedness: Financial behavior or financial knowledge. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 19(1).
<https://doi.org/10.12712/rpca.v19i1>
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2005). Improving financial literacy: Analysis of issues and policies. *OECD Publishing*.
<https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>
- Pabis, M. G., & Hocayen da Silva, A. J. (2024). Determinantes do nível de alfabetização financeira no contexto universitário. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 14(3).
<https://doi.org/10.18696/reunir.v14i3.1440>
- Paiva, C. R. (2016). Educação financeira, consumo e endividamento das famílias brasileiras. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/232079>
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Ceretta, P. S. (2013). Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: Afinal, o que é relevante? *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 12(3), 282–302.
<https://doi.org/10.5329/RECADM.2013025>
- Potrich, A. C. G., Vieira, K. M., & Kirch, G. (2015). Determinantes da alfabetização financeira: Análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 362-377. <https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>
- Rahmiyati, N., & Somodiharjo, K. (2025). The impact of financial literacy, investment decision making, risk tolerance, and behavioral biases on individual investment performance. *Es Accounting and Finance*, 3(03), 223–237. <https://doi.org/10.58812/esaf.v3i03.668>
- Ramalho, T. B., & Forte, D. (2018). Financial literacy in Brazil: Do knowledge and self-confidence relate with behavior? *RAUSP Management Journal*.
<https://doi.org/10.1108/RAUSP-04-2018-0008>

- Ribeiro, H. C. M. (2024) Particularidades e comportamento da alfabetização financeira no Brasil sob a perspectiva da análise de redes sociais. *RC&C: Revista de Contabilidade e Controladoria*, 16(2). <https://doi.org/10.5380/rcc.v16i2.92365>
- Saleem, A.; Usman, M.; Bashir, Z. Behavioral biases, financial literacy, and investment decision: A case of individual investors in Pakistan. *Business Review*, v. 18, n. 2, p. 1–19, 2023. 10.54784/1990-6587.1535
- Sekita, S. (2011). Financial literacy and retirement planning in Japan. *Journal of Pension Economics and Finance*, 10(4), 637-656. <https://doi.org/10.1017/S1474747211000527>
- Serasa Experian. (2024). Mapa da inadimplência no Brasil. *Serasa Experian*. <https://www.serasa.com.br>
- Shadish, William R., Cook, Thomas D., & Campbell, Donald T. (2002). *Experimental and quasi-experimental designs for generalized causal inference*. Houghton Mifflin.
- Shaikh, S., & Khan, A. (2024). Behavioral biases and financial literacy among university students. *Journal of Behavioral Finance Studies*, 6(1), 45-63. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4829134>
- Shefrin, H., & Statman, M. (1985). *The disposition to sell winners too early and ride losers too long: Theory and evidence*. *Journal of Finance*, 40(3), 777–790.
- Silva, A. S., Bortoluzzi, D. A., & Pelegrini, T. (2025). Aversão à perda e comportamento financeiro nas apostas online: Um estudo com a população de Cuiabá-MT. *Caderno de Administração*, 1(19). <https://doi.org/10.23925/2595-4865.2025v1n19.72992>
- Silva, L. S., & Novaes, D. V. (2021). Educação financeira e educação socioemocional integradas para discutir armadilhas psicológicas em decisões financeiras. *Educação Matemática Pesquisa*, 23(1), 713–740. <https://doi.org/10.23925/1983-3156.2021v23i1p713-740>
- Silva, N. & Lucena, W. Educação financeira e vieses cognitivos: análise considerando variáveis sociodemográficas. *Revista de Administração Pública e Contabilidade (RPCA)*, v. 16, n. 4, p. 68-84, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/372152667_Educacao_financeira_e_vieses_cognitivos_Analise_considerando_variaveis_sociodemograficas
- Silva, N. E. F., & Lucena, W. G. L. (2022). Educação financeira e vieses cognitivos: Análise considerando variáveis sociodemográficas. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 16(4). <https://doi.org/10.12712/rpca.v16i4.56249>

- Thaler, R. H. (2016). *Misbehaving: The making of behavioral economics*. W. W. Norton & Company.
https://www.researchgate.net/publication/283929728_Richard_H_Thaler_Misbehaving_The_Making_of_Behavioral_Economics
- Tian, Y. (2024). Financial literacy and decision-making in complex financial products. *Journal of Behavioral Decision Making*, 37(2), 189-205. <https://doi.org/10.1002/bdm.2345>
- Van Rooij, M., Lusardi, A., & Alessie, R. (2011). Financial literacy and stock market participation. *Journal of Financial Economics*, 101(2), 449-472. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2011.03.006>
- Vanti, N. A. P. (2002). Da bibliometria à webometria: Uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência da Informação*, 31(2), 152–162.
<https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>
- Wang, D. Y., & Zou, T. (2024). Financial literacy, cognitive bias, and personal investment decisions: A new perspective in behavioral finance. *Environment and Social Psychology*, 9(11). <https://doi.org/10.59429/esp.v9i11.3050>
- Yoshinaga, C. E., & Ramalho, T. B. (2014). Finanças comportamentais no Brasil: Uma aplicação da Teoria da Perspectiva em potenciais decisões financeiras (Behavioral finance in Brazil: an application of prospect theory to potential financial decisions). *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 16(50), 123–141. DOI: <https://doi.org/10.7819/rbgn.v16i52.1865>